

A colecção de cartografia do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança

Maria de Jesus Monge

Museu-Biblioteca da Casa de Bragança
palacio.vilaviciosa@fcbraganca.pt

Resumo:

O Museu-Biblioteca da Casa de Bragança conserva as colecções e fundos que pertenciam à Família Real quando da proclamação da República. Os bens pessoais foram encaminhados por D. Manuel II para a casa de família, o Paço Ducal de Vila Viçosa, onde é instalado o Museu-Biblioteca após a morte do rei, dando cumprimento ao seu testamento.

A colecção de cartografia reflecte os gostos e ocupações, bem como os temas que dominavam a política internacional. O conjunto mais numeroso pertenceu a D. Carlos (1863-1908), marinheiro experimentado responsável pela introdução das pesquisas oceanográficas em Portugal; este monarca viajou também muito pela Europa Ocidental.

Durante o reinado de D. Carlos Portugal é confrontado com a divisão de África entre as grandes potências políticas e económicas coevas e sofre o *Ultimatum* britânico, este conjunto de circunstâncias exige campanhas sistemáticas de cartografia dos territórios que Portugal reclama. Naturalmente o soberano vai recebendo os exemplares produzidos.

Abstract:

The Museu-Biblioteca da Casa de Bragança keeps the private objects and funds that belonged to the last Portuguese monarchs, including the maps collection. Those documents testify private taste and leisure occupations, as well as the political demands of the time. The best represented person is king Carlos (1863-1908), who was an expert sailor and introduced oceanographic studies in Portugal and travelled extensively through Europe; it was also during his kingdom that Portugal faced the division of Africa amongst political and economic powers, namely the dramatic British *Ultimatum*. This international conjuncture demanded the Portuguese Crown to promote systematic scientific campaigns to map the areas that were being claimed.

Palavras chave:

Casa de Bragança, D. Carlos; Museu-Biblioteca da Casa de Bragança.

O acervo do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança é composto essencialmente pelas colecções, fundos arquivísticos e bibliográficos que pertenceram a D. Manuel II, último rei de Portugal e instituidor da Fundação da Casa de Bragança.

O interesse pela cartografia está presente desde sempre na Casa de Bragança, como instrumento essencial para gerir os vastos territórios que detinha e, também, como fonte de informação para acompanhar a evolução da política e da economia nacionais e internacionais. Entre estes são mais numerosos os referentes ao século XIX, designadamente pertencentes a D. Carlos.

Esta abundante documentação, com várias centenas de exemplares, inclui espécies relativas a Portugal, muito particularmente as antigas províncias ultramarinas, mas também de outras regiões da Europa e do mundo. As atribuições militares dos monarcas forneceram outra fonte de documentação, com grande número de cartas militares e náuticas, que permitiam acompanhar as numerosos campanhas africanas que decorreram na segunda metade do século XIX, até 1910.

O século XIX assistiu a uma revolução a vários níveis técnicos, destacando-se as infraestruturas e comunicações, o rei era infor-

mado e conservava a documentação relativa a novos projectos de engenharia a desenvolver em todo o território.

A nível mais privado, a Família Real viajou bastante e adquiriu guias e mapas dos diversos territórios.

Fruto dos interesses e das funções de que estava investido, o rei D. Carlos tinha um grande conjunto de mapas e cartas. São particularmente numerosas as cartas utilizadas nas excursões oceanográficas empreendidas pelo monarca em torno da costa portuguesa, e também as partilhadas ou adquiridas.

Breve história dos fundos arquivísticos

A Casa de Bragança instala-se a Sul no final do século XV, a inflexão geográfica resulta de circunstâncias familiares e de ajustamento no quadro macro da realidade política e social. Os séculos XVI e XVII correspondem à afirmação desta Casa da História nacional, envolvendo-se naturalmente nas questões estratégicas coevas: o 4º duque de Bragança, D. Jaime (1478-1532), nos seus paços calipolenses, discute e opina sobre a questão das Molucas, com recurso a matemáticos e cartógrafos, apoiado em documentos e instrumentos actualizados (1).

A multiplicação e complexificação das redes do conhecimento exigem um grande esforço de permanente actualização por parte de quem manda nos destinos dos homens e territórios. Em torno de cada senhor e instituição de referência desenvolve-se, necessariamente, uma livraria que para além de manuscritos e impressos, contém instrumentos vários e cartas. O Inventário realizado após a morte do 5º duque, D. Teodósio I¹, refere *mapas mundi* (itens 3531 e 3532), *descrições de Cosmografias* (itens 3534 e 3535), cartas da Europa (item 4401), várias entradas indicando *Grécia, Espanha, Inglaterra, ... de papel em pano*, ou ainda *Hum Liuro que conthem as Terras da India e de Portugal E Castela feitas em Cartas Geografica* (item 4046).

Esta grande livraria terá acompanhado o 8º duque de Bragança, quando da partida para Lisboa, resultado da sua subida ao trono como rei D. João IV.

Houve um esforço repetido dos sucessivos herdeiros da Casa em não deixar o património diluir-se ou confundir-se com o da Coroa, logo desde 1645 com o decreto do novo rei que entrega este património ao seu filho e sucessor, D. Teodósio III, definindo passar a ser esta a regra. Contudo a menoridade de muitos, as necessidades de fundos e os cataclismos naturais ou humanos foram responsáveis pela dispersão de boa parte do património móvel, quer o que saiu de Vila Viçosa, quer o que terá sido reunido nos três séculos seguintes.

A outra faceta característica desta memória é administrativa e resulta da gestão do vasto património fundiário detido pela Casa de Bragança, de norte a sul do país. O Arquivo Histórico é constituído essencialmente por documentos produzidos neste contexto, datados na sua maioria de depois de 1755, mas concentrando toda a documentação necessária para provar propriedade e direitos. Os fundos anteriores ao grande cataclismo são oriundos de almoxarifados² que

¹ BDMII MS 18, estudado e publicado no âmbito de um projecto da FCT que resultou na publicação de HALLET, 2018.

² A organização administrativa da Casa de Bragança era idêntica à da Casa Real, com a administração apoiada em almoxarifados que garantiam localmente a boa gestão.

não foram tão atingidos, designadamente Barcelos.

Após a implantação do regime constitucional a Casa de Bragança passa por um profundo processo de adaptação à nova realidade administrativa³, que tem expressão por exemplo no levantamento de todos os bens fundiários. Deste levantamento ressaltam as *Plantas das Propriedades pertencentes `S.ma Casa e Estado de Bragança. Nos diversos Almojarifados da Província do Alemtejo. Reduzidas dos desenhos existentes na Secretaria da mesma S.ma Casa. Levantados em 1849, 1850, 1851, 1852 e 1853. Por Frederico Perry Vidal*⁴.

Ao longo das últimas décadas do século XIX e século XX, passando pela criação da Fundação em 1933⁵, a gestão do património agrícola implicou o recurso e realização de cartografia actualizada.

Caracterização do fundo cartográfico

O fundo cartográfico tem mais de um milhar de peças, maioritariamente constituído por espécies datadas do reinado de D. Carlos (1889 a 1908). O conjunto integra documentos que reflectem a personalidade multifacetada do Homem e do Rei. D. Carlos de Bragança era um homem do seu tempo, possuidor de uma formação científica exigente, que dominava várias disciplinas e vários idiomas, o que é evidente ao conhecer a sua biblioteca pessoal e os seus interesses. Filho de marinheiro, sempre teve uma forte ligação ao mar, recebendo como presente pelos seus 15 anos a primeira embarcação: o palhabote Nautilus. Esta paixão do indivíduo explica a abundância de cartas e mapas utilizados nas viagens particulares, não só em Portugal como no estrangeiro, particularmente nas ilhas britânicas.

Enquanto monarca, reúne um numeroso conjunto de cartas que apoiariam a tomada de conhecimento dos vários temas que lhe eram submetidos, aqui vemos um peso muito significativo das então possessões ultramarinas. A necessidade de conhecer o território cuja posse efectiva se pretende garantir, num enquadramento político e económico adverso aos interesses portugueses, obriga ao levantamento sistemático e exaustivo dos territórios sob jurisdição da Coroa portuguesa. Dentro desta lógica é dada prioridade aos cursos de água, já que o escoamento das cobijas das matérias primas era feito maioritariamente por via marítima.

África é de longe o continente mais representado e, aqui, Moçambique, Angola, Cabo Verde e Guiné; os Açores, S. Tomé e Príncipe, bem como a Índia também estão bem representados.

Figuram igualmente várias outras espécies, desde plantas de edifícios e implantação de estruturas várias, representações para uso no estudo da História Antiga e Moderna....

O conjunto documental conservado em Vila Viçosa é eclético, privilegiando significativamente as últimas décadas da monarquia portuguesa. O seu estudo e enquadramento no contexto de outros fundos arquivísticos nacionais permitirão seguramente aferir a importância individual das espécies, enquanto um melhor conhecimento do todo permitirá compreender a forma como era construído o saber no âmbito da Casa Real.

³ PÁSCOA, 2019, pps. 120-128. Disponível em <http://artispress.lettras.ulisboa.pt/index.php/artispress/catalog/book/10>

⁴ MBCB, Arquivo Histórico da Casa de Bragança, Relatórios e respectivo índice de Perry Vidal NNG 2909, 2947 e 2983.

⁵ Decreto-lei 23240 de 21 de Novembro de 1933

Bibliografia:

FERRÃO, Francisco António F. Silva, *Tractado sobre Direitos e Encargos da Sereníssima Casa de Bragança*. Lisboa: Imprensa de J.J. Andrade e Silva, 1852.

HALLET, Jessica e SENOS, Nuno (coord.), *De todas as parte do mundo: o património do 5º duque de Bragança, D. Teodósio I. Vol I: Estudos*, Lisboa: Tinta da China, 2018.

MONGE, Maria de Jesus, *Museu-Biblioteca da Casa de Bragança: de paço a museu*. Fundação da Casa de Bragança, 2017.

PÁSCOA, Marta, “ D. Maria II e a Casa de Bragança: reestruturação administrativa e encontro de contas” in Seminário *D. Maria II, princesa do Brasil Rainha de Portugal. Arte, Património e Identidade*, ARTIS. Lisboa: FLUL, 2019.

Imagens, todas © Fundação da Casa de Bragança:



MBCB, Arquivo Fotográfico Álbum UI 5167.





